



## **XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã**

**Tema central:  
Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes  
colaborativas no contexto da pandemia**

**22 a 24 de junho de 2021, online**

### **Iniciativa e Realização**

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,  
Comunitária e Cidadã - **ABPCom**  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – **UNESP**  
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design– **FAAC**  
Departamento de Comunicação Social – **DCSO**

### **A informação precisa chegar antes da bala: uma análise rede colaborativa online de alerta de segurança OTT-RJ<sup>1</sup>**

Mara Fernanda De Santi  
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Maria Cristina Gobbi  
Livre-docente em História da Comunicação e Cultura Midiática da América Latina  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

#### **Resumo:**

A garantia de segurança aos cidadãos é um direito fundamental, dever do Estado e responsabilidade de todos, de acordo com a Constituição Federal de 1988. Na prática, porém, a ausência de políticas públicas eficientes e a falta de preparo no combate à violência deixam a população à mercê de suas próprias estratégias de sobrevivência. O presente trabalho faz uma análise da iniciativa OTT-RJ (Onde Tem Tiro-Rio de Janeiro), que divulga em seus perfis nas redes sociais online, em tempo real, informações sobre tiroteios e outras ações violentas – como arrastões, assaltos, furtos de bens ou veículos. Os dados são enviados pelos cidadãos e passam

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT3 da XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2020-2021, de 22 a 24 de junho de 2021, na modalidade online – realizada pela ABPCOM – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã e UNESP – Universidade Estadual Paulista / FAAC – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Departamento de Comunicação.

por um processo prévio de checagem, o que aponta para o caráter colaborativo associado à apropriação da prática jornalística, em um fluxo descentralizado de comunicação desde a sua concepção até sua difusão.

**Palavras-chave:** Redes colaborativas; Mídia cidadã; Redes Sociais Online; Comunicação e Segurança.

**Desenvolvimento:**

### **Introdução**

Movimentos de exposição, denúncia e veiculação de fatos acobertados pelo Estado (e, muitas vezes, pela grande mídia): esse é um fluxo comumente observado em iniciativas de Mídia Cidadã e que mira na sensibilização para as questões trazidas à tona e, consequentemente, gerem ações governamentais que revertam os problemas apontados.

Para tanto, a mobilização de movimentos sociais e o engajamento de atores sociais se apresentam como primeiro passo rumo à construção de políticas públicas através de ações inclusivas, participativas e democráticas. Percorrer esse caminho na era digital traz algumas vantagens, como a agilidade na comunicação das causas e a alta visibilidade para os problemas apontados.

Tendo como premissa básica à sobrevivência a necessidade de se sentir em segurança, e partindo do princípio de que o Estado não cumpre satisfatoriamente com esse dever, os cidadãos cariocas encontraram em uma dinâmica comunicacional participativa um meio de se sentirem protegidos. A evolução tecnológica, através de aplicativos de geolocalização e transmissão de conteúdos em tempo real, também permite que milhares de cidadãos estejam conectados e sejam, ao mesmo tempo, sujeitos produtores e consumidores da informação. Nas palavras de Gobbi e Bernardini, “[...] a possibilidade aglutinadora tornou-se convergente, estabelecendo as primeiras alterações e caracterizando as diferentes dinâmicas entre as pessoas envolvidas nos processos de comunicação” (GOBBI; BERNARDINI, 2013, p. 47).

A rede de alerta de segurança *online* Onde Tem Tiroteio – RJ (OTT-RJ) publica diariamente dezenas de informações sobre situações de violência na cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana. Seja por mensagem de texto, e-mail, telefonema ou pelo canal aberto no próprio aplicativo (em área destinada ao cidadão que queira fazer um comunicado), os dados que alimentam a rede são enviados pela população, que se alterna nas posições de colaboradora e consumidora da informação. A fim de garantir a veracidade dos fatos, a rede se apropria de um

elemento básico na prática jornalística, a checagem: antes de publicar qualquer boletim, existe uma verificação dos dados recebidos da população com “fontes confiáveis”, sendo feito um cruzamento com mais de uma delas, na maioria das vezes.

Considerando a possibilidade de utilização do espaço virtual como cenário para articulação e mobilização, a iniciativa de uma rede de alerta de segurança online atende a uma lacuna deixada pelo Estado – que não garante um direito primário aos seus cidadãos – e pela própria mídia tradicional, que só abre sua pauta para cobertura dos casos em que a bala perdida encontra sua vítima.

### **OTT-RJ: uma proposta de rede colaborativa online de alerta de segurança**

A rede de alerta de segurança *online* OTT-RJ é composta por: 1 website ([www.ondetemtiroteio.com.br](http://www.ondetemtiroteio.com.br)), 1 aplicativo (OTT), 1 perfil na rede social *online* Facebook, 1 perfil na rede social *online* Twitter, 1 perfil na rede social *online* Instagram e 1 canal na plataforma de vídeos Youtube. Todos os canais são abastecidos com o mesmo conteúdo, havendo variações referentes à formatação técnica de cada rede social ou plataforma. A logomarca da rede era composta pelas suas iniciais em letras maiúsculas ao fundo e, à frente, a imagem de megafone sobre a letra “O” e uma bala em movimento atravessando as duas letras “T” (figura 1). Porém, desde março de 2021, há uma nova logomarca sendo utilizada nos avatares das redes sociais online da rede (figura 2).

**Figura 1 – Logomarca anterior**



Fonte: Reprodução do Youtube, acesso em dez/2020

**Figura 2 – Logomarca atual**



Fonte: Reprodução do Facebook, acesso em mai/2021

A rede divulga, em suas páginas, perfis e aplicativo, informações sobre ocorrências criminais tipificadas e não-tipificadas<sup>2</sup> e a grande maioria das postagens faz referência a tiroteios que estejam acontecendo em tempo real em determinados pontos da cidade do Rio de Janeiro – essa informação é replicada dos aplicativos para as páginas das redes sociais, onde há maior interação. Assim, como se irá apresentar ao longo deste trabalho, a população se expressa em resposta a essas publicações alternando manifestações de descontentamento com o Estado e preocupação com familiares, amigos e outras pessoas que possam estar nas áreas de risco apontadas. Por sua vez, os dados apresentados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro não refletem essa mesma realidade: as estatísticas são construídas a partir dos Registros de Ocorrência (lavrados em delegacias da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro) e “[...] informações complementares de órgãos específicos da Polícia Militar” (Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, 2019, online). Essas informações não consideram, por exemplo, que “bala perdida” seja uma ocorrência criminal registrável, uma vez que não consta essa tipificação de crime na legislação penal brasileira. Essa situação, inclusive, abre margem às contestações feitas aos números divulgados pela OTT por parte da classe política e do próprio interventor federal nomeado para comandar as ações das Forças Armadas na cidade<sup>3</sup>. Na fala do idealizador,

A gente até recebeu ataques do próprio interventor federal, dizendo que eles não confiavam nos nossos números, que não eram auditados. Mas, era o papel dele, né? Defender o governo, não importa qual (...) defender o lado dele. Mas, enfim, na verdade nossos números – de fato, ele está certo – não são corretos, porque são maiores! (QUINTANILHA, 2019, informação verbal).

<sup>2</sup> Arrastões e tiroteios constituem ações não-tipificadas como crime nos R.O.s (Registros de Ocorrência) do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Em 21 de fevereiro de 2018 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Legislativo 10/2018, que determinava a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Essa data, inclusive, está sendo utilizada como marco referencial para o recorte temporal de análise do objeto.

A ideia de criar a rede partiu do próprio Benito, em dezembro de 2015 ao ver na TV uma notícia de bala perdida com vítima fatal. Conforme seu relato: “[...] vi uma reportagem sobre vítima de bala perdida em uma comunidade do Rio de Janeiro e pensei ‘e se as pessoas pudessem saber onde tem tiroteio?’” (QUINTANILHA, 2019, informação verbal). Em princípio, ele contava apenas com a divulgação e compartilhamento de informações que recebia em sua página pessoal, na rede social *online* Facebook. Em pouco tempo, segundo conta, ficou sobrecarregado e pediu ajuda de outros três amigos, formando o atual grupo de quatro pessoas que comandam as operações da rede OTT-RJ. Benito Quintanilha, Marcos Vinicius Veiga Baptista, Denis Colli e Henrique Coelho Caamaño não possuem nenhuma ligação com a área de segurança pública e atuam em profissões totalmente distintas: Benito é petroleiro, Marcos Vinicius é físico, Denis é programador e Henrique é empresário.

O trabalho realizado pela rede de alertas é dividido entre os quatro da seguinte maneira: Benito e Henrique se encarregam de receber as mensagens e realizar as checagens, através de seu “Círculo de Confiança”, para posterior postagem. Marcos Vinicius se ocupa da parte administrativa e Denis é responsável pelo suporte tecnológico. Em dezembro de 2017, os amigos oficializaram a sociedade e registraram a empresa OTT Brasil Desenvolvimento de Aplicativos e Consultoria LTDA. As pessoas do “Círculo de confiança” são moradores das comunidades, “pessoas que estão ouvindo tiros a todo momento e são de extrema confiança”, responsáveis pelas confirmações dos alertas recebidos. Ainda de acordo com Benito, fazem parte desse Círculo algo entre 500 e 600 pessoas, que vão desde motoristas de aplicativos, passando por agentes de segurança pública, até donas de casa e comerciantes de bairro. É para eles que a “equipe interna operacional”<sup>4</sup> envia os boletins a fim de que seja feita a confirmação de qualquer ocorrência. A partir de uma sinalização positiva, de uma confirmação de que o fato está realmente ocorrendo, o informe é publicado.

A rede também fez registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão federal responsável pelo registro de marcas e patentes. O registro da marca junto ao órgão garante que ela não seja utilizada indevidamente, por terceiros, ou concorrentes e dá o direito de utilização ao proprietário por dez anos, que são renováveis por mais dez.

---

<sup>4</sup> Conforme consta no website da OTT-RJ, sobre a descrição do funcionamento do aplicativo: “Todos os alertas enviados pelo nosso aplicativo, mídias sociais e outros meios de comunicação, são checados pela equipe interna operacional da OTT. Apenas os alertas confirmados são enviados para o aplicativo”. Disponível em [www.ondetemtiroteio.com.br](http://www.ondetemtiroteio.com.br), acesso em jul/2019.

A solicitação de registro de marca (textual e visual) foi feita em novembro de 2018 e a concessão ocorreu em agosto de 2018. Quando um pedido de marca é realizado, há necessidade de indicar em qual área de atuação se pretende atuar (Classe Nice) e, embora o trabalho atual da rede esteja ligado à área da comunicação (normalmente classificada pela Nice 16), a solicitação foi feita Classe Nice 45, que abarca os serviços de “Consultoria em segurança – [Informação em]; Segurança pessoal – [Informação em]; Assessoria, consultoria e informação na área de segurança nacional.”<sup>5</sup>.

Apesar de toda a estrutura comercial e jurídica resguardada pelos fundadores, Benito garante que a equipe não lucra com a rede: “ninguém financia a gente, a gente tira do bolso para manter a OTT no ar”. Ainda de acordo com o idealizador, o ritmo de trabalho é intenso e realizado diretamente pelos quatro sócios, 24 horas por dia. Isso se justifica pelo volume de dados recebidos: apenas de tiroteios, são entre 170 e 190 por dia. “Confirmado, a gente consegue confirmar – como somos apenas quatro – na faixa de 20 a 25 por dia. Mas, eu posso dizer com total certeza que hoje o Rio de Janeiro tem mais de 70 ocorrências.” (QUINTANILHA, 2019, informação verbal).

Em julho de 2019, a página do Facebook da rede publicou uma postagem intitulada “OTT-RJ: Utilidade Pública” para divulgar uma campanha *online* para arrecadação de recursos, especificando que o valor obtido seria para melhorias em recursos da rede – o que se reverteria para os usuários – e as contribuições (em qualquer valor) poderiam ser feitas através de um link para uma página de *crowdfundign*<sup>6</sup>. Na publicação, a OTT-RJ reforça que não recebe apoio do governo ou de empresas particulares e revela que tem entre seus objetivos a expansão da atuação para outros países da América Latina. O conteúdo recebeu 18 comentários diretos e 26 comentários ao todo (incluindo resposta aos comentários diretos) alternando demonstrações de apoio, ironia e questionamentos sobre a destinação do fundo levantado, especialmente com relação ao ponto em que cita a expansão para outros países da América Latina. Apenas uma resposta faz crítica à falta de ação do Estado em relação à Segurança Pública e reforça o que um dos criadores da rede afirmou, sobre o questionamento dos dados publicados pela rede por parte de agentes oficiais.

---

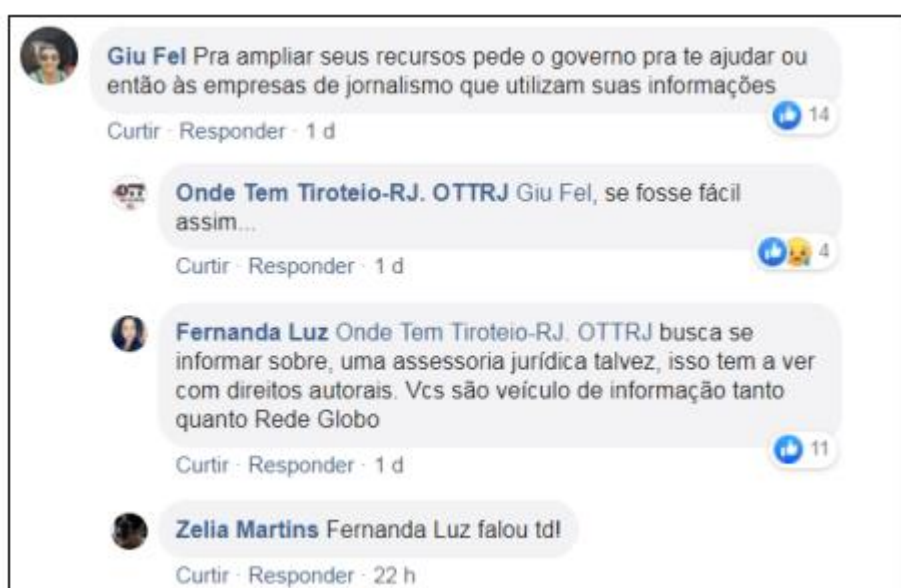
<sup>5</sup> Informações disponíveis *online* no Manual de Marcas da página do INPI (<http://manualdemarcas.inpi.gov.br/>, acesso em jul/2019)

<sup>6</sup> Uma modalidade de arrecadação de doações em dinheiro pela Internet, que tem como objetivo o financiamento coletivo de um produto, de uma ação ou de alguma atividade específica.

### A cobertura jornalística no Rio de Janeiro: a bala chega antes da informação

Ainda sobre o post com pedido de ajuda financeira par ao projeto, um comentário chamou atenção por ser o único que traça proximidade da página com um modelo de veículo de comunicação. Nesse comentário, a rede OTT-RJ se manifesta em resposta, apontando sutilmente a dificuldade em conseguir patrocínios, e há uma tréplica de outra seguidora, reforçando a similaridade da página com uma empresa jornalística. Surge na “conversa” uma quarta pessoa, que concorda com a posição dessa última:

**Figura 3 – Resposta à publicação com pedido de contribuição**



Fonte: Reprodução da página do Facebook da OTT-RJ (em 8 de julho de 2019)

Essa menção ao trabalho jornalístico é inédita, embora a rede realmente seja utilizada como fonte por diversos veículos, tanto em mídia impressa quanto televisiva. Jornais impressos como Extra, O Globo e O Dia publicaram notícias sobre criminalidade e índices de violência tendo os dados da rede como base. Redes de televisão como Globo, SBT e Record também incluíram em matérias para seus telejornais imagens em vídeo reproduzidas a partir da página do Facebook da OTT-RJ prática essa também adotada pelas páginas *online* dos jornais impressos acima citados.

Pautar a grande mídia, porém, é um estandarte que encobre uma questão que vai além da própria crise dos meios “tradicionais” e sua deficiência em realizar coberturas jornalísticas que contemplem a realidade das periferias: a comunicação por parte de órgãos oficiais sobre

determinadas ocorrências (como tiroteio, bala perdida ou arrastão) só é realizada quando há vítimas. Esse ponto relevante, tratado anteriormente nesse mesmo capítulo, é motivo de severos apontamentos por observatórios de segurança e outros institutos especializados em dados sobre violência. A plataforma digital colaborativa Fogo Cruzado também se dedica ao registro de situações de violência no Rio de Janeiro, de maneira similar à OTT-RJ, contando com aplicativo próprio e páginas em redes sociais *online*. Essa iniciativa, no entanto, distingue-se do objeto dessa pesquisa em alguns pontos essenciais: teve início em 2015 a partir de um projeto da Anistia Internacional Brasil e, atualmente, é gerido pelo Instituto Update<sup>7</sup>; possui números de audiência nas suas páginas em redes sociais *online* menores (seguidores, curtidas, etc.) do que a rede OTT-RJ; desde 2016, a rede tem se firmado mais como “laboratório de dados”, com fornecimento de estatísticas periódicas sobre a violência armada no Rio de Janeiro. Em comum, porém, há o fato de contabilizar os números que órgãos oficiais não contabilizam, como os tiroteios, disparos de arma de fogo, arrastões e as “balas perdidas” e também pautar os grandes veículos de mídia.

A busca por esse tipo de informação através das redes sociais *online* e do aplicativo que a OTT-RJ mantém é consonante com a crescente audiência que temas ligados à segurança pública se proliferam nesses canais. Uma das hipóteses é a falta de espaço na mídia “tradicional” para a cobertura das ocorrências locais, fenômeno observado na pesquisa “Mídia e Violência: o que mudou em dez anos?” (RAMOS, PAIVA e NUNES, 2017, online). De acordo com o estudo, focado em uma análise dos principais jornais impressos do país, o espaço dedicado a esse tipo de conteúdo foi reduzido praticamente pela metade e não reflete, necessariamente, uma queda na quantidade de ocorrências criminais de um modo geral. Além disso, as notícias privilegiam regiões nobres das cidades deixando, dessa maneira, uma grande parcela da população à margem dos acontecimentos. Em outras palavras: os cidadãos não se reconhecem naquilo que é noticiado. É nesse contexto que páginas de redes sociais ganham força, uma vez que existe a possibilidade de recorrer “[...] a outros meios em busca de informações relevantes para o seu cotidiano, tendo no Facebook fácil acesso a numerosas páginas que noticiam eventos locais, com foco em um bairro, uma favela, um quarteirão ou até um condomínio.” (NUNES,

---

<sup>7</sup> Instituto de inteligência e tecnologia que trabalha pelo fortalecimento do ecossistema de inovação política na América Latina. Disponível em [www.institutoupdate.org.br](http://www.institutoupdate.org.br), acesso em ju/2019



2017, online). Em um breve resgate o início desse capítulo, a sociedade em rede (ou informacional) esboçada por Castells sugere que o foco central de seu avanço seja as identidades primárias:

Os primeiros passos históricos das sociedades informacionais parecem caracterizá-las pela preemência da identidade como seu princípio organizacional. Por identidade, entendendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais. (CASTELLS, 1999).

Em um estudo sobre “páginas de bairro” no Facebook no Rio de Janeiro, publicado pelo Boletim Segurança e Cidadania, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), foram analisadas 156 páginas com esse caráter hiperlocal e a questão da segurança figura entre os principais temas. Conforme frisa Nunes (2017, online), a dinâmica de circulação desse tipo de informações nas páginas locais “[...] se, por um lado, tem função autoprotetiva, carrega, por outro, o risco do vigilantismo e do justicamento, além de poder ser um veículo de reprodução e potencialização de estereótipos e preconceitos”.

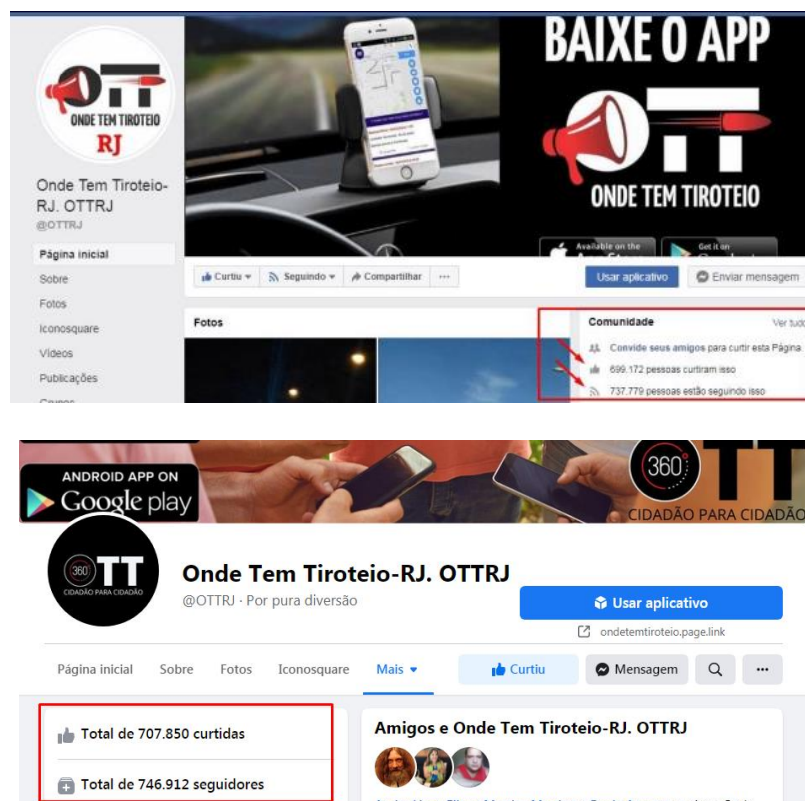
### **Os números da OTT-RJ nas redes sociais online**

Apenas em sua página no Facebook, a rede OTT-RJ tem 746.920 seguidores e conta com 707.858 curtidas (esse é um elemento que mede a “popularidade” das páginas da rede<sup>8</sup>). E esses números crescem diariamente: no comparativo abaixo, é possível observar a evolução desses indicadores: a primeira imagem corresponde a um *print* da página feito em 7 de julho de 2019, enquanto que a segunda captura foi realizada no dia 20 de maio de 2021. A julgar por essa amostra, já poderia se considerar a expressividade no interesse pela temática e no aumento crescente pela busca por informações sobre as ocorrências que podem colocar em risco a segurança dos cidadãos.

---

<sup>8</sup> Conforme definição da área de suporte do Facebook: “Quando uma pessoa curte uma Página, ela está a apoiando e quer ver o conteúdo dela. A página será exibida como curtida na seção Sobre do perfil dessa pessoa. Quando uma pessoa segue uma Página, significa que ela pode receber atualizações sobre a Página no Feed de Notícias.”. Disponível em <https://www.facebook.com/help/171378103323792>, acesso em ju/2019

**Figura 4 – Comparativo de indicadores: Curtidas e Seguidores (primeira imagem de 7/7/2019 e segunda imagem de 20/5/2021)**



Fonte: Reprodução da página do Facebook da OTT-RJ com intervenção visual da autora

Entretanto, quando se fala de alcance, os indicativos são muito maiores: os criadores da rede afirmam que o impacto chega a aproximadamente 6 milhões de cidadãos cariocas. O resultado dessa conta adiciona às interações do Facebook os demais perfis em redes sociais online e a quantidade de inscritos e participantes através do aplicativo: no Instagram, a rede conta com 149 mil seguidores; no Twitter, são 168 mil; no Youtube, o canal tem 106 mil inscritos; e o aplicativo já ultrapassou os 500 mil downloads. Parte dessa volumosa massa de audiência também contribui na produção dos alertas: a relação de troca entre leitores/seguidores/consumidores e os canais *online* da rede ultrapassa o limite dos comentários sobre os boletins e, muitas vezes, acontece de maneira que esses próprios são os produtores primários da informação. Nas palavras de Gobbi e Bernardini (2013) ao abordar a questão da interatividade nos processos

comunicacionais modernos, mediados pela tecnologia, a grande mudança nos processos comunicacionais acontecem a partir de sua base:

O autor e o leitor, produtor e o consumidor, a fonte e o receptor, entre muitos outros sujeitos integrados no processo comunicativo começaram a trocar de papéis e lugares de forma efetiva, assim como os sistemas e as mídias se alteraram, agregando novas possibilidades e diferentes graus de interatividade. (GOBBI e BERNARIDINI, 2013, p. 47)

Esse cenário é reforçado a partir da própria auto-definição da rede OTT-RJ em seu *site*, ao explicar o método de trabalho adotado para a publicação dos alertas:

[...] O conceito SP 4.0, Segurança Pública 4.0, que norteia a nossa dinâmica de trabalho, se baseia na segurança feita do cidadão para o cidadão (C2C), uma espécie de segurança “Smart”, onde cada cidadão atualiza em tempo real a segurança em seu entorno, ajudando a ele e a todos os outros participantes de nossa rede dinâmica de informações. (OTT-RJ, 2019, online).

A definição de “Segurança Pública 4.0” foi criada pelos fundadores da rede, a fim de indicar uma inovação no processo de divulgação de informações relativas à Segurança Pública. De acordo com Quintanilha (2019, informação verbal), a Segurança 1.0 se refere ao um modelo inicial de comunicação de ocorrência e com os próprios órgãos policiais,

[...] a ligação pelo 190, pelo telefone, e se as pessoas não tinham acesso, tinham que correr ao orelhão”. Na versão 2.0, associa o fenômeno à chegada do telefone celular e à internet: “você tem o celular na mão, então você vai entrar nas redes sociais daquele batalhão e fazer a denúncia. Eu considero a 3.0 a interação entre o Disk-Denúncia e a sociedade. (QUINTANILHA, 2019, informação verbal)

Na versão 4.0, que a rede se propõe a seguir, “é a sociedade com a sociedade, ou seja, um meio do caminho entre o P2P ou *citizen-to-citizen*<sup>9</sup> [...], você tem a Secretaria de Segurança Pública nesse meio. Ou seja, não é ela que dá o informe, agora é o cidadão comum que acaba chegando a ela, à Segurança Pública [...]” (QUINTANILHA, 2019, informação verbal). De

---

<sup>9</sup> Do cidadão para o cidadão, em tradução livre. Referência a ações da sociedade em prol do bem-estar da própria sociedade.

acordo com os próprios fundadores da rede, nunca houve interesse por parte do governo do Rio de Janeiro no material produzido pela OTT-RJ.

O único contato foi um comandante de um quartel da Polícia Militar de São Paulo. Porque nós, quando entramos em São Paulo, começamos a alertar os tiros na região do Morumbi, ali do Itaim Bibi, e ali são áreas nobres. Rapidamente chamou a atenção e o comandante de um quartel entrou em contato conosco e falou “puxa, eu queria fazer um trabalho mais próximo de vocês, sempre que tiverem um alerta, joga pra gente, me coloca no seu grupo”. E a gente colocou ele no nosso grupo. (QUINTANILHA, 2019, informação verbal)

A nova logomarca que a rede está utilizando em suas redes sociais online conversa com esse conceito criado pelos idealizadores da OTT-RJ, o de Segurança 4.0. Ao trocar o megafone e as balas de fuzil por uma representação visual mais focada nas iniciais da rede e com o indicativo 360° no centro da letra “O”, entreve-se a mensagem de uma comunicação cíclica, que começa a termina no cidadão.

### **Considerações:**

Se a ineficiência governamental proporciona a abertura para a iniciativa cidadã e, se esta encontra na comunicação participativa em espaços públicos *online* um meio de suprir parte de suas necessidades essenciais, a indagação acerca dos aplicativos de alerta de segurança é se estes constituem um modelo de Mídia Cidadã ou, ainda, caminham para um projeto de Comunicação Comunitária, Popular ou Alternativa. Resgatando a conceituação de Peruzzo (2008, p. 368), o sentido político deste último tipo de comunicação está em ser “[...] uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas, em processo de mobilização, visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer justiça social”. O deslocamento da participação individual (cidadão produtor de informação/cidadão consumidor de informação) para o benefício do coletivo é nó central dessa rede, que carrega um forte apelo coletivo – o de continuar vivendo.

### **Referências bibliográficas:**

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

CESEC. Boletim Segurança e Cidadania, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec). Disponível em <https://www.ucamcesec.com.br>, acesso jul de 2019.

GOBBI, M. C. e BERNARDINI, G. Interatividade: um conceito além da Internet. **Revista Geminis**, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, n. 4, p 42-56, 2013.

NUNES, Pablo. **Crime e polícia no #RiodeJaneiro**: Relatos em páginas do Facebook. Boletim Segurança e Cidadania, n. 24, outubro de 2017.

PERUZZO, C. M. K. Os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. **Palavra Clave**. La Plata, Universidad de la Sabana, v. 11, 2008.

PERUZZO, C. M. K. Cicilia Peruzzo e as tendências para a pesquisa em comunicação popular e alternativa no Brasil. [Entrevista cedida a] Nivea Bona e Guilherme Carvalho. **Revista Uninter de Comunicação**. Curitiba, 2016.

QUINTANILHA, Benito. **Entrevista I**. [mar. 2019]. Entrevistadora: Mara Fernanda de Santi. Bauru, 2019. 1 arquivo .mp3 (21:43 min).

RAMOS, S.; PAIVA, A.; NUNES, P. **Mídia e Violência: o que mudou em 10 anos**. Rio de Janeiro: CESeC, 2017.